Por ter saído com inexactidões no *Diário do Govêrno* n.º 50, 1.ª série, de 14 do corrente, novamente se publica a seguinte portaria:

Portaria n.º 1:250

O decreto n.º 3:903, de 8 de Março corrente, designa como gratificação extraordinária o aumento de \$10(5) concedido aos cabos, soldados, guardas e seus equiparados da guarda nacional republicana em serviço nas guarnições de Lisboa e Pôrto;

Considerando porém que tal aumento foi concedido para o rancho das mencionadas praças:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, declarar que a gratificação extraordinária a que se refere o artigo 1.º do citado decreto, se destina à alimentação das praças nele indicadas.

Paços do Govêrno da República, 12 de Março de 1918.—
O Ministro do Interior, *Henrique Forbes de Beesa*.

**3.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública**

Decreto n.º 3:934

Tendo sido aberto pelo decreto n.º 3:686, de 17, publicado em 24 de Dezembro findo, um crédito especial de 300.000\$, metade da importância necessária para continuação das obras do novo Manicómio de Lisboa até o fim do corrente ano económico e, sendo urgente providenciar no sentido de que tais obras não venham a paralisar por falta de verba, pelos mesmos motivos e com os fundamentos expendidos no aludido decreto, o Govêrno da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério dos Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial de 300.000\$ para continuação das obras de construção do novo Manicómio de Lisboa.

Art. 2.º A referida quantia será adicionada à importância do crédito especial aberto pelo decreto n.º 3:686, de 17, publicado em 24 de Dezembro último, a qual passou a constituir a dotação do novo capítulo 6.º da despesa extraordinária do Ministério do Interior, no corrente ano económico.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Govêrno da República, 28 de Fevereiro de 1918.—*Sidónio Pais—António Maria de Azevedo Machado Santos—Alberto de Moura Pinto—António dos Santos Viegas—António Aresta Branco—Francisco Xavier Esteves—João Tamagnini de Sousa Barbosa—José Alfredo Mendes de Magalhães—José Feliciano da Costa Júnior*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Industrial e Comercial

Decreto n.º 3:935

Considerando que o artigo 4.º da lei n.º 113, de 21 de Fevereiro de 1914, autorizou que o Conselho Escolar do Instituto Superior de Comércio elaborasse o regulamento dos concursos, por provas públicas, para provimento dos lugares de professores extraordinários e auxiliares;

Considerando que o mesmo Conselho Escolar entendeu ser conveniente nalguns casos recorrer à selecção por concurso para nela basear a sua proposta de admissão

de assistentes, a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 1:909, de 23 de Setembro de 1915;

Havendo o mesmo Conselho elaborado o regulamento:

Ilel por bom, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, aprovar e mandar pôr em execução o regulamento dos concursos para provimento dos lugares de professores extraordinários e assistentes do Instituto Superior de Comércio, que faz parte deste decreto e baixa assinado pelo mesmo Ministro.

Paços do Govêrno da República, 2 de Março de 1918.—
Sidónio Pais—José Alfredo Mendes de Magalhães.

**Regulamento dos concursos para provimento dos lugares
de professores extraordinários e assistentes**

Artigo 1.º O provimento, por concurso, dos lugares de professores extraordinários e assistentes do Instituto Superior de Comércio far-se há por prova documental, prova prática e provas orais.

§ único. Nas cadeiras em que o Conselho Escolar entender que não há razão para prova prática, as provas orais seguir-se hão à prova documental.

Art. 2.º Aberta qualquer vaga o Conselho Escolar fará o programa do respectivo concurso, contendo: a indicação do prazo, não inferior a sessenta nem superior a noventa dias, a designação do lugar a concurso, e quaisquer outros esclarecimentos que se reconhecem convenientes.

Art. 3.º Os candidatos apresentarão os seus requerimentos, com a assinatura reconhecida, na Secretaria do Instituto, dentro do prazo do concurso, instruindo-os em conformidade com o disposto no artigo seguinte. Da apresentação se lavrará termo, que será assinado pelo secretário e pelo portador do requerimento.

Art. 4.º O requerimento será acompanhado de documentos pelos quais o candidato prove:

1.º Ser cidadão português no gozo dos seus direitos civis e políticos;

2.º Ter as condições físicas e morais necessárias para o exercício do magistério, aquelas atestadas por médico e estas pelas câmaras municipais dos concelhos onde tiver residido os últimos três anos;

3.º Haver satisfeito à lei do recrutamento;

4.º Estar isento de processo criminal;

5.º Possuir carta do Curso Superior de Comércio, pelo Instituto, ou carta dum curso superior que compreenda as disciplinas da cadeira posta a concurso, por qualquer escola do país ou estrangeira de reconhecido valor.

§ 1.º Se o lugar a concurso disser respeito às cadeiras que, pelo artigo 6.º deste regulamento, constituem a 4.ª secção, serão unicamente admitidos os candidatos diplomados com o Curso Superior de Comércio, pelo Instituto, que provem ter prática, em empresas comerciais ou industriais ou estabelecimentos do Estado, não inferior a cinco anos.

§ 2.º Além dos títulos de habilitação, a que se refere este artigo, poderão os candidatos juntar quaisquer outros que abonem a sua capacidade, para o desempenho dos lugares a que concorram.

Art. 5.º Findo o prazo do concurso, o director do Instituto convocará o Conselho Escolar, para, em conformidade com o artigo 7.º, nomear os vogais do júri e a este serem presentes os requerimentos dos candidatos.

§ único. Pela Secretaria do Instituto será imediatamente publicada no *Diário do Govêrno* a lista nominal dos vogais efectivos e suplentes do júri.

Art. 6.º Para o efeito dos concursos, as cadeiras do Instituto distribuem-se em quatro secções, do seguinte modo:

1.ª secção — 1.ª, 2.ª, 3.ª, 5.ª, 6.ª, 22.ª, 24.ª;